



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

**I – Necessidade da contratação:**

As ações de comunicação institucional no âmbito do Poder Judiciário constituem importantes mecanismos de interação entre as instituições e a sociedade, com o objetivo de promover campanhas informativas, educativas e de orientação sobre temas de relevância pública. Essas iniciativas fortalecem a transparência, ampliam o acesso à informação e consolidam o vínculo entre o Judiciário e a sociedade.

Nesse contexto, as Resoluções CNJ nº 85/2009 e CSJT nº 321/2024 ressaltam a importância das ações de comunicação institucional e estabelecem diretrizes específicas. A primeira regulamenta a comunicação no âmbito do Poder Judiciário, enquanto a segunda define a Política de Comunicação Social para a Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

A Resolução CSJT nº 321/2024, em particular, orienta que a divulgação de ações institucionais seja realizada de forma clara, didática e acessível, alinhada aos objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho e dos Tribunais. Essa diretriz busca assegurar que os serviços e iniciativas institucionais sejam amplamente compreendidos pela população.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a utilização de diversos canais de comunicação para a veiculação de campanhas e informes, a fim de alcançar diferentes públicos. Para promover o conhecimento acerca das ações do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, é necessária a contratação, por registro de preços, de serviços de publicidade, incluindo outdoor, painel eletrônico, banner eletrônico em sites de notícia e spots de rádio. Essa medida reforça o compromisso com a missão institucional do órgão e contribui para o fortalecimento da relação entre o TRT e a sociedade.

Algumas das ações que deverão ser divulgadas por meio de publicidade institucional são:

- Campanha Trabalho Seguro



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

- Ranking da Transparência do Poder Judiciário
- Semana Nacional da Execução Trabalhista
- Prêmio CNJ de Qualidade.

Considerando o exposto acima, torna-se evidente a necessidade de que seja realizada uma divulgação ampla e efetiva das ações elaboradas e executadas pela Justiça do Trabalho no estado de Mato Grosso do Sul, em especial no município de Campo Grande, MS, por meio de canais de comunicação acessíveis à população, seja em meio físico ou em formato eletrônico, em complementação à divulgação realizada pelos canais de comunicação oficiais do TRT24, como, por exemplo, o portal de internet e as redes sociais do tribunal.

A ausência de uma estratégia eficaz de comunicação pode resultar em problemas, como a baixa adesão a programas importantes da JT, desconhecimento público sobre os serviços oferecidos e dificuldades na imagem institucional. Esta contratação tem por objetivo adquirir as soluções em publicidade institucional mais adequadas, levando em consideração as experiências obtidas em contratações anteriores similares, as opções disponíveis no mercado publicitário local, e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, incluindo a equipe técnica que atua junto a Divisão de Comunicação Social.

**II - Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual e alinhamento ao Planejamento Estratégico":**

A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico no que diz respeito à estratégia "Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais" com o objetivo de "Aperfeiçoar os processos de comunicação com foco na divulgação e disseminação das competências institucionais, estratégias e políticas públicas implantadas, e os resultados operativos da jurisdição trabalhista para todos os atores do sistema de justiça e sociedade, para fortalecer a transparência e a imagem da Justiça do Trabalho."

Além disso, reforça a visão do TRT24 de "ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país."

Acrescenta-se que, em consonância com a Política Nacional de Comunicação Social, instituída pela Resolução nº 80, de 21 de junho de 2011, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e considerando a Resolução nº 85, de 08 de setembro de 2009,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Comunicação Social no Poder Judiciário, a contratação do serviço tem como objetivo dar mais ampla divulgação às ações deste Tribunal tanto ao público externo, quanto ao interno.

A contratação está prevista no plano anual de contratações.

As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), conforme o seguinte detalhamento: classificação funcional programática 003342560054 e categoria econômica da despesa 4 (despesa de capital); na Natureza de Despesa nº 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente diversos). Itens de execução orçamentária para o exercício de 2025, previsto no código 151252025374541.

**III - Requisitos da Contratação:**

As especificações observarão as mesmas diretrizes utilizadas em aquisições semelhantes e com base em pesquisa de mercado. A contratação não se enquadra em um serviço contínuo, sendo realizada com definição prévia da quantidade de mídia a ser contratada.

Os serviços objetos desta contratação são enquadrados como *comuns*, nos termos do art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 2021.

**OUTDOORS:** A impressão será em papel e policromia nas seguintes dimensões: área total de 9m x 3m. As artes serão enviadas pelo TRT/MS, cabendo à contratada apenas a impressão e veiculação das placas (outdoor). Cada campanha será veiculada pelo período bissemanal (14 dias) contando com a distribuição das placas em ruas de grande circulação de veículos, por todas as regiões de Campo Grande-MS, devendo a contratada apresentar até 5 dias antes a programação e pontos de veiculação de mídia.

**SPOT DE RÁDIO:** As inserções deverão ser transmitidas entre 07 e 19h, bem distribuídas ao longo do dia (com ao menos uma veiculação por hora), de segunda a sexta-feira, durante 10 dias úteis por campanha, sendo 150 a 250 inserções por dia, a depender da campanha, com início no primeiro dia útil após a aprovação do material pela Divisão de Comunicação Social. As campanhas institucionais serão veiculadas ao longo do ano, em datas definidas pelo CONTRATANTE.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**BANNER VIRTUAL EM SITE DE NOTÍCIAS:** O banner virtual principal deve ser animado, do tipo régua, medindo aproximadamente 970 x 250 pixels (medida mínima), no topo da página para visualização na página inicial do site (home) para o formato de desktop e medindo aproximadamente 300 x 100 pixels (medida mínima), para o formato mobile. A veiculação deverá ser realizada simultaneamente nos formatos desktop e mobile.

Ao clicar no banner virtual deverá haver o direcionamento para a página/site indicada(o) pelo TRT, que também enviará a arte do banner, juntamente com a Ordem de Serviço.

O site de notícias deverá comprovar possuir pelo menos 1 milhão de usuários e mais de 10 milhões de visualizações mensais, durante o último ano analisado, indicados por relatório do *Google Analytics*, com sítio em Mato Grosso do Sul e sede em Campo Grande-MS. A quantidade foi estimada calculando a média das visualizações dos sites que enviaram os dados durante a pesquisa de mercado.

**PAINEL ELETRÔNICO:** A contratação ocorrerá por meio de diárias, contando com a distribuição das placas em ruas de grande circulação de veículos, no município de Campo Grande-MS, devendo a contratada apresentar em até 5 dias antes a programação e pontos de veiculação de mídia, sendo que, em todas as campanhas, pelo menos uma veiculação deve ocorrer no ponto de maior circulação de veículos e pedestres disponibilizado pela contratada.

A arte a ser veiculada nos painéis será fornecida pela equipe da Divisão de Comunicação Social dentro das medidas informadas pela CONTRATADA. Esse material será enviado conjuntamente às ordens de serviço, com antecedência de 3 (três) dias do início da veiculação. O material a ser veiculado será tanto no formato de imagens quanto de vídeos. O conteúdo do painel poderá ser em imagem e/ou vídeo. Deverá haver flexibilidade para alterações e atualizações de conteúdo, caso surja a necessidade por parte deste Tribunal, de fato superveniente, desde que a empresa contratada seja formalmente comunicada com até 1 (um) dia de antecedência da data em que se fizerem necessárias as modificações, não podendo ultrapassar o número de dois ajustes por campanha. Não serão aceitos painéis eletrônicos com medidas inferiores a 24 m<sup>2</sup> (vinte e quatro metros quadrados) e com o número mínimo de inserções por dia inferior a 360 (trezentos e sessenta).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

A definição das condições de execução e pagamento, o regime de fornecimento dos serviços e condições de recebimento estarão descritas de forma pormenorizada no Termo de Referência.

Em relação à adequação e eficiência dos critérios de julgamento e modo de disputa escolhido para fins de seleção da proposta mais vantajosa, esclarecemos que será realizado na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, com o objetivo de adquirir serviços de publicidade, observada a disponibilidade no mercado, considerando os requisitos de qualidade constantes nas especificações. Dessa forma, visamos adquirir serviços com a qualidade necessária, observando a maior competitividade possível, pelo menor custo.

Quanto aos critérios de habilitação que constarão no Termo de Referência, haverá a habilitação jurídica que será de acordo com o enquadramento empresarial: Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; e Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Ainda no que se refere aos critérios de habilitação, haverá a habilitação fiscal, social e trabalhista: prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943; prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. Por outro lado, caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. Por fim, o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

No que se refere aos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira, busca-se garantir que a licitante possua a aptidão necessária para cumprir adequadamente as obrigações contratuais. Para tanto, serão exigidos índices financeiros que comprovem a capacidade da empresa, bem como o balanço patrimonial, a fim de avaliar sua situação contábil e financeira de forma objetiva.

Além disso, no tocante aos requisitos técnicos, será solicitada a apresentação de registros e comprovantes que demonstrem a habilitação da licitante para executar as atividades relacionadas ao objeto da contratação, assegurando a idoneidade



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

e competência técnica necessárias para o cumprimento do contrato.

Em relação às cooperativas, propomos a inclusão de participação, tendo em vista recente decisão da Primeira Câmara do TCU (Acórdão 2463/2019), propondo a revisão da Súmula 281 do TCU, com a edição das Leis 12.349/2010 e 12.690/2012, teria sido inaugurado um novo regramento jurídico acerca das cooperativas, competindo ao órgão licitante analisar com cautela as características do objeto que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração, nos termos do artigo 10, I, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

Dessa forma, a possibilidade de não participação de cooperativas se resume às licitações para contratação de serviços terceirizados, o que não é o caso.

Não será permitida a participação de consórcios, pois, a participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Além disso, como a contratação se restringe a publicidade no âmbito da cidade de Campo Grande, MS, e existe um número restrito de possíveis fornecedores, é salutar não permitir a participação de consórcios nesta contratação, visando garantir os princípios da ampla concorrência e da economicidade no certame. Por fim, a participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for "de alta complexidade ou vulto", o que não seria o caso dos serviços sob exame.

Na hipótese das OSCIP a vedação da participação decorre diretamente do disposto no Acórdão TCU nº 746/2014 - Plenário, nos seguintes termos "1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público. 2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria".



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Quanto aos critérios de adoção do Sistema de Registro de Preços, nota-se que os serviços pleiteados por esta contratação se enquadram nas características informadas pelos incisos I, II e V do art. 3º do Decreto 11.462/2023. Devido a necessidade de divulgação periódica das campanhas elaboradas no âmbito da Justiça do Trabalho, além do fato de que a escolha das quantidades e dos meios de publicidade a serem utilizados na divulgação campanha possa ser previamente alterados de acordo com as características e necessidades de cada campanha a ser veiculada, tornando a opção pelo SRP mais adequada e vantajosa economicamente à Administração.

No que se refere à prorrogação da vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, ressaltamos que os quantitativos serão renovados pelas quantidades previstas inicialmente. Isso porque o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021. Insta registrar que o quantitativo foi planejado para esse período.

Não incluímos a previsão de publicação de Intenção de Registro de Preços, tendo em vista que se trata de demanda com escopo restrito ao município de Campo Grande, além da restrição operacional das unidades envolvidas, mormente em razão da insuficiência de pessoal, nos termos do art. 7º, inciso I do Decreto 11.462/2023.

Dado que os serviços de publicidade têm como escopo o estado de Mato Grosso do Sul, em específico o município de Campo Grande, deve ser realizado registro apenas com fornecedores que detenham pontos de veiculação de mídia localizados nesse município, em consulta à Intenções de Registro de Preços publicadas por outros órgãos públicos, não foi possível encontrar IRP adequada para suprir a necessidade especificada neste estudo.

Ainda, registra-se que a pesquisa à IRP foi realizada no sistema "compras.gov.br", na data de 14.4.2025, com os seguintes filtros e parâmetros:

- a) Situação da IRP: aberta
- b) Serviços de Interesse
- c) Pesquisa textual contendo as palavras: outdoors, banners, rádio, painel(is) eletrônico(s).

Da mesma maneira, tal observação deve ser levada em consideração na elaboração do Mapa de Pesquisa de Preços, sendo fundamental na justificativa de afastamento dos incisos I e II do § 1º do Art. 23 da Lei 14.133/2021 dado que a pesquisa de preços, pelas





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

características aqui estabelecidas, deve ser realizada apenas entre os fornecedores locais, além das memórias de cálculo de contratações realizadas em anos anteriores, sendo inviável a utilização de valores praticados em outras localidades e aqueles consultados nos bancos de preços governamentais.

**IV - Estimativas das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte:**

Os serviços, as quantidades máximas e mínimas por pedido e as especificações estão na tabela abaixo:

ITEM	QTD MÁXIMA PARA ADESÃO PELO TRT24	QTD MÍNIMA POR PEDIDO	QTD MÁXIMA POR PEDIDO	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO
1	60	5	15	PLACAS	OUTDOOR
2	1500	150	250	INSERÇÃO	SPOT DE RÁDIO
3	50	5	10	DIÁRIA	BANNER ELETRÔNICO EM SITE DE NOTÍCIAS
4	18	1	3	PAINEL	PAINEL DE LED

**MODALIDADE:** Sugere-se que o procedimento licitatório que será adotado é a Ata de Registro de Preços por 12 meses, sendo possível a prorrogação por igual período. A quantidade dos itens será renovada mediante a prorrogação da ata.

**ESPECIFICAÇÕES**

**Item 1:** Cada campanha será veiculada bissemanalmente (14 dias) no município de Campo Grande, MS. A quantidade mínima prevista por campanha é de 5 placas, sendo a máxima, 15, totalizando até 60 placas no ano. A contratada ficará responsabilizada pela impressão e instalação das placas de outdoor, sendo a arte enviada pela equipe da DCOM.

A quantidade máxima de 60 placas no ano se baseia em uma estimativa de 6 campanhas a serem realizadas em 2025, considerando a média de 10 placas por campanha em contratações anteriores. A variação permite flexibilidade para atender as necessidades de cada campanha, ao mesmo tempo em que assegura um número mínimo de unidades por pedido.

Campanhas previstas para o período: Trabalho Seguro, Combate ao Trabalho Infantil, Ouvidoria da Mulher, Ranking da Transparência, Prêmio CNJ de Qualidade, Semana Nacional da Conciliação Trabalhista.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Item 2:** As inserções publicitárias deverão ser veiculadas entre às 07:00 e 19:00, durante 10 dias úteis, em rádio comercial no município de Campo Grande, MS. A quantidade mínima prevista de inserções por campanha é de 150, sendo 15 inserções por dia, já a máxima será de 250, com 25 inserções por dia.

As quantidades foram definidas seguindo parâmetros semelhantes àqueles aplicados **ao item 1**, garantindo a adequação dos pedidos à cada campanha a ser veiculada e a possibilidade de não haver restrição da licitação em relação ao porte da empresa que venha a executar o serviço.

Campanhas previstas para o período: Trabalho Seguro, Combate ao Trabalho Infantil, Ouvidoria da Mulher, Ranking da Transparência, Prêmio CNJ de Qualidade, Semana Nacional da Conciliação Trabalhista e Combate ao Assédio Moral.

**Item 3:** A veiculação deverá ser realizada apenas em dias úteis. Quantidade mínima por campanha de 5 diárias, e máxima de 10, totalizando até 50 diárias no ano.

O banner virtual principal deve ser animado, do tipo régua, medindo aproximadamente 970 x 250 pixels (medida mínima), no topo da página para visualização na página inicial do site (home) para o formato desktop. Para o formato mobile (celulares), as dimensões devem conter aproximadamente 300 x 100 pixels (medida mínima). A veiculação diária deverá ser realizada simultaneamente nos formatos desktop e mobile.

Ao clicar no banner virtual, o usuário deverá ser direcionado para a página/site indicado pelo TRT, que também enviará a arte do banner, juntamente com a Ordem de Serviço.

O site de notícias deverá comprovar possuir pelo menos 1 milhão de usuários e mais de 10 milhões de visualizações mensais, durante o último ano analisado, indicados por relatório do Google Analytics, com sítio em Mato Grosso do Sul e sede em Campo Grande, MS.

Assim como exposto acima, a razão de escolha das quantidades definidas se baseia não apenas nos dados obtidos em contratações anteriores, mas também na possibilidade de haver ajustes de acordo com a duração e o alcance necessário de cada campanha.

Campanhas previstas para o período: Ouvidoria da Mulher, Ranking da Transparência, Prêmio CNJ de Qualidade, Semana Nacional da Conciliação Trabalhista e Combate ao Assédio Moral.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Item 4:** A contratação ocorrerá por meio de diárias. A quantidade mínima prevista por campanha é de 1 painel de LED, sendo a máxima, 3, totalizando até 18 painéis no ano.

O item 4 possui a peculiaridade de ser a primeira contratação desse tipo a ser realizada pelo tribunal. Para esse item foi levada em conta a necessidade de cobertura de diferentes locais estratégicos e pontos de grande circulação de pessoas e veículos. Além disso, a quantidade mínima por pedido permite a participação de empresas menores, desde que cumpridos os requisitos estipulados neste Estudo e no Termo de Referência.

Campanhas previstas para o período: Trabalho Seguro, Combate ao Trabalho Infantil, Ouvidoria da Mulher, Ranking da Transparência, Prêmio CNJ de Qualidade, Semana Nacional da Conciliação Trabalhista.

Não serão aceitos painéis eletrônicos com medidas inferiores a 24m<sup>2</sup>. Deverão ser realizadas ao menos 360 inserções diárias da mídia a ser disponibilizada pela equipe da DCOM. Em todas as campanhas, a contratada deverá disponibilizar ao menos 1 painel no ponto disponível de maior circulação de veículos e pedestres.

As quantidades máximas e mínimas foram estabelecidas para possibilitar economia de escala, assim como a participação de empresas de menor porte, atraindo um maior número de participantes, ampliando a concorrência e a competitividade do certame.

As faixas de quantidade permitem flexibilidade para ajustes ao longo da vigência do Registro de Preços, caso haja necessidades adicionais ou mudanças no planejamento das campanhas, sem precisar de aditivos. As quantidades se baseiam no histórico de contratações (exposto abaixo), garantindo a realidade e compatibilidade com as necessidades do TRT.

Abaixo segue tabela dos valores das contratações, corrigidos segundo o índice IPCA (outubro/2024), realizadas em anos anteriores para cada serviço de publicidade separadamente:

**CONTRATAÇÕES ANTERIORES SERVIÇOS DE PUBLICIDADE - OUTDOOR**

NÚMERO DO PROCESSO	MÊS DA CONTRATAÇÃO	VALOR CONTRATADO (unitário) (em R\$)	VALOR ATUALIZADO OUT/2024 (unitário) (em R\$)
24194/2023	02/2024	665,00	687,94



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

24777/2022	02/2023	1380,00	1491,94
23249/2022	11/2022	855,00	938,85

**CONTRATAÇÕES ANTERIORES SERVIÇOS DE PUBLICIDADE - SPOTS DE RÁDIO**

NÚMERO DO PROCESSO	MÊS DA CONTRATAÇÃO	VALOR CONTRATADO (inserção) (em R\$)	VALOR ATUALIZADO OUT/2024 (unitário) (em R\$)
24195/2023	02/2024	18,00	18,74
24820/2022	02/2023	18,00	19,46
18622/2022	06/2022	26,00	28,53

**CONTRATAÇÕES ANTERIORES SERVIÇOS DE PUBLICIDADE - BANNER VIRTUAL**

NÚMERO DO PROCESSO	MÊS DA CONTRATAÇÃO	VALOR CONTRATADO (diária) (em R\$)	VALOR ATUALIZADO OUT/2024 (em R\$)
24196/2023	02/2024	332,00	345,69
24836/2022	02/2023	329,00	331,21
21024/2022	09/2022	684,00	753,32

**ORÇAMENTOS 2024 - PAINEL ELETRÔNICO\***

NÚMERO DO PROCESSO	FORNECEDOR	VALOR OFERTADO e REFERENTE (diário) (em R\$)	VALOR ATUALIZADO OUT/2024 (em R\$)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

1795/2024	MIDIAMAX	200,00 (03/2024)	205,20
	ZOOM PUBLICIDADE	183,00 (03/2024)	187,75
	JD1	214,28 (04/2024)	219,50
	TOP MÍDIA	100,00 (04/2024)	102,43

\*A contratação referente ao PA 1795/2024 não foi concluída, portanto apenas os valores orçados estão na tabela de memória de cálculo.

Em relação ao serviço de **spots de rádio** verifica-se que, apesar de existirem mais de três empresas no mercado enquadradas como ME/EPP, especialmente no âmbito local, sua grande maioria não participa de processos de compras públicas, conforme se infere-se do histórico de contratações do referido objeto (PA's 24195/2023, 24820/2022 e 18622/2022) e da pesquisa de preços realizada para o presente procedimento, que apurou a existência de somente um fornecedor competitivo para a presente demanda.

Nesses casos, propõe o Manual de orientações e jurisprudência do TCU que a reserva de cotas não seja aplicada, vejamos:

"Os benefícios da subcontratação, da licitação exclusiva e das cotas de 25% também serão inaplicáveis quando:

- a. não houver um mínimo de três fornecedores competitivos** enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no edital. Há jurisprudência do TCU (Acórdão TCU nº 6329/2020 - TCU - Segunda Câmara) que interpreta o art. 49, inciso II, da LC 123/2006 no sentido de **exigir a efetiva participação dos três fornecedores no certame, não bastando que essas ME/EPP apenas existam na localidade ou região;**"

Desta forma com intuito de ampliar a competitividade, mitigar o risco de licitações desertas ou frustradas, bem como garantir a economicidade da contratação **a licitação para o item "spots de rádio" não será exclusiva para ME/EPP, em conformidade ao que preceitua o art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**V - Levantamento de mercado e justificativas da escolha  
do tipo de solução a contratar:**

Seguindo a metodologia de grandes marcas conhecidas, é de conhecimento geral que para alcançar uma capilaridade no meio publicitário é imprescindível realizar campanhas de divulgação em diferentes formatos e veículos.

Dessa forma, o TRT24 vem, nos últimos anos, adotando a divulgação de suas ações em três formatos de mídia pagos, sendo eles: outdoor, banner eletrônico em site de notícias e spot de rádio comercial. Além disso, também utilizamos ferramentas gratuitas como redes sociais para propagação dos conteúdos institucionais.

Para além dos formatos já habitualmente contratados pela instituição, para os serviços almejados nos próximos anos, busca-se também a contratação de inserções em painéis de LED. Esse novo formato oferece a vantagem de alcançar uma audiência que pode não estar presente nos meios digitais, como sites e redes sociais, atingido assim uma considerável parcela da população economicamente menos privilegiada, que se desloca pela cidade utilizando transporte coletivo, por exemplo. Essa audiência pode ser particularmente influenciada pelas campanhas educativas e institucionais promovidas pelo TRT24, como aquelas voltadas ao combate do trabalho infantil e à promoção do trabalho seguro e digno, realizadas anualmente pela JT.

Quanto à divulgação por outdoor, os benefícios de veiculação de publicidade institucional por este meio se assemelham àqueles obtidos por meio de painel de LED. A opção também é mais barata que a divulgação em rede de televisão aberta e consegue atingir muitas pessoas ao mesmo tempo em várias regiões da cidade, de diferentes classes sociais e faixas etárias. Importante observar também que o outdoor é uma mídia sem interrupções, visto que permanece em exposição 24 horas por dia, durante duas semanas. Isso garante muita efetividade no alcance, pois a qualquer momento o cidadão pode se deparar com o anúncio e ser impactado.

Analisando os veículos de comunicação estudados para essa contratação, observa-se que o anúncio em rádio é o meio mais barato, sendo o valor unitário, de acordo com a pesquisa de preço, de R\$ 21,43 por 30 segundos de informação (item VI), ao passo que cada placa de outdoor, por exemplo, custaria R\$ 1.545,97 por veiculação bissemanal. Por fim, a rádio é um



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

meio de comunicação democrático, de fácil acesso, utilizado por diferentes classes sociais e faixas etárias.

Por fim, a veiculação de publicidade institucional por meio de banners virtuais em sites de notícias é necessária para ampliar o alcance da instituição e sua visibilidade online. Os banners permitem segmentar e capturar a atenção do público-alvo do tribunal de forma rápida e pro.

Durante o levantamento de mercado, foram consultadas, no portal de contratos do Governo Federal, Atas de Registro de Preços que atendessem às especificações necessárias já relatadas neste documento. Contudo não foram encontrados resultados compatíveis de serviços de publicidade contratados por este meio no município de Campo Grande, MS.

Quanto à comunicação entre as partes, esta se dará por meio eletrônico. Nas interações do fornecedor com o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, será seguido o disposto na Lei nº 14.063/2021 que trata das assinaturas eletrônicas. Porém, quanto à apresentação pelo fornecedor de pedido de prorrogação de prazo, defesas e recursos, conforme documentado no PA 1147/2024, entende-se que tal previsão carece de definição de procedimentos internos operacionais. Dessa forma, não se vislumbra a possibilidade de exigir a assinatura eletrônica e a definição do tipo de assinatura para esta contratação.

**VI - Estimativa do valor da contratação:**

Além dos valores referenciados nas memórias de cálculo de contratações anteriores, foi realizada pesquisa de orçamentos para 2025. Os valores obtidos no mapa comparativo, tendo como base os novos orçamentos e os aqueles pagos nos anos anteriores estão conforme a tabela abaixo:

ITEM 1 - PAINEL ELETRÔNICO	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
	TOP MÍDIA MS	100,00
	TOTAL MÍDIA EXTERIOR	233,33
ITEM 2 - SPOT DE RÁDIO	RÁDIO MEGA 94	19,00
	MORENA FM	297,00
ITEM 3 - OUTDOOR	TOTAL MÍDIA EXTERIOR	1.880,00
	TOP MÍDIA MS	1600,00



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

<b>ITEM 4 - BANNER VIRTUAL</b>	CAMPO GRANDE NEWS	3090,00
	MIDIAMAX	760,00
<b>PREÇO MÉDIO TOTAL</b> <i>(com aplicação de tratamento estatístico do mapa de preços):</i>		R\$ 155.559,26
<b>PREÇO MÉDIO TOTAL</b> <i>(seguindo critérios para aferição de preços do Manual de Aquisições do TRT24):</i>		R\$ 124.363,26

Quanto à pesquisa, foram seguidos os critérios estabelecidos no Manual de Aquisições do TRT24 utilizados em contratações anteriores, que estabelece:

"Quando esgotadas as possibilidades de consulta e não sendo alcançado o número mínimo de 3 (três) orçamentos, o menor valor obtido na pesquisa de mercado deverá ser utilizado para se estabelecer a estimativa" (item 5.8-observação 2) e "Em situações excepcionais, mesmo que seja alcançado o número mínimo de 3 (três) orçamentos, mas que os preços coletados tenham uma disparidade muito grande, não refletindo a realidade de mercado, o menor valor obtido na pesquisa de mercado poderá ser adotado para se estabelecer a estimativa, desde que devidamente justificado." (item 5.8 - observação 4).

Cabe ressaltar que tal critério segue o modelo adotado, satisfatoriamente, nas últimas contratações realizadas por este Tribunal (a exemplo, podemos citar os PROADs 24820/2022, 24195/2023 e 24196/2023).

Para as eventuais necessidades de reajustes de preços, será adotado como parâmetro para cálculo o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo. A escolha foi feita com base em diversos fatores, como, por exemplo, o fato de que o IPCA é um índice amplamente reconhecido e utilizado, representando a variação de preços para serviços. Seu cálculo é feito pelo IBGE, conferindo-lhe credibilidade, previsibilidade e transparência, além da facilidade de cálculo e acompanhamento da variação de preços, visto que o IPCA é divulgado periodicamente. Convém reforçar que este índice é amplamente adotado como parâmetro do cálculo de inflação pelo mercado.

Para além dos fatos já mencionados, o índice vem sendo adotado pelo TRT24 nas contratações realizadas nos últimos anos para





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

contratações de objetos similares, como demonstrado no item IV deste estudo.

Ademais, ao analisarmos as contratações anteriores, dentre aquelas em que houve reajuste entre 2023 e 2024, por exemplo, as taxas de correção se mostram semelhantes ao IPCA acumulado no mesmo período.

**VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência:**

O presente estudo visa a criação de Registro de Preços para serviços de publicidade institucional, em especial no município de Campo Grande, MS, pelo prazo inicial de 12 meses, podendo a ata ser prorrogada por igual período. Os tipos de publicidade de serviços almejados são: outdoor, inserções publicitárias (spots) em rádio, banners eletrônicos em site de notícias, e painéis eletrônicos.

**VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:**

Diante das informações obtidas no mercado, o índice de obter sucesso aumenta potencialmente para disputa individualizada, por item pretendido.

**IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:**

Dentre os resultados pretendidos por esta contratação, especialmente quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços, pode-se citar a obtenção de preços mais competitivos, evitando gastos excessivos, com base em critérios claros e objetivos de escolha de fornecedores.

Aponta-se também a melhoria em eficiência trazida por meio de planejamento prévio, adequado ao atendimento das demandas de publicidade, a centralização e padronização na gestão e fiscalização da contratação dos serviços, reduzindo retrabalhos, otimizando recursos administrativos e promovendo práticas sustentáveis na execução dos serviços.

Por fim, destaca-se que a contratação dos serviços de publicidade objetos do certame trazem a maximização do impacto institucional, ampliando a eficiência na comunicação



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

institucional e maior impacto no engajamento com o público-alvo das campanhas.

**X - Providências a serem adotadas pela Administração  
previamente à celebração do contrato:**

Não há necessidade de adequação do ambiente da organização, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, conforme art. 18, § 1º, inciso X da Lei 14.133/2021.

Será indicada como gestora da contratação a servidora **Marcela de Menezes Dória Albres**, Chefe da Divisão de Comunicação Social. Como fiscal, atuará o servidor **Gabriel Valim da Silva**. Nas ausências de ambos, atuará a servidora **Clarice Mesquita de Almeida** como gestora ou fiscal em substituição.

**XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:**

Não há contratações correlatas ou interdependentes a essa.

**XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:**

Em atendimento ao disposto na Resolução CSJT n.º 310/2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, na execução do serviço, deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade:

A CONTRATADA deve empregar, se for o caso, um número de jovens aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o art. 429 da CLT (Decreto-Lei n.º. 5.452/1943);

Em atendimento ao inciso III, art. 51 da Lei Complementar 123/2005, ficam dispensadas as empresas de pequeno porte e microempresas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

A CONTRATADA deverá cumprir, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da lei 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitadores ou pessoas com deficiência

A CONTRATADA deve comprovar não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº. 04/2016;

A CONTRATADA deve comprovar não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

A comprovação dos critérios de sustentabilidade definidos acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por declaração da CONTRATADA.

**XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade:**

O presente estudo preliminar evidencia a viabilidade da contratação, uma vez que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência.

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

Nome: **Marcela Albres**

Telefone: **3316-1795**

E-mail: **malbres@trt24.jus.br**

Nome: **Gabriel Valim da Silva**

Telefone: **3316-1615**

E-mail:

**gavsilva@trt24.jus.br**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24<sup>a</sup> REGIÃO**

---

**Nome: Mateus Cominetti**

**Telefone: 3316-1891**

**E-mail: mcominetti@trt24.jus.br**